

Espaço público no Brasil: visões da tragédia

Verónica Aravena Cortes, Célia Regina da Silva, Maria Cleidejane
Esperdião

Universidade Metodista de São Paulo

E-mails: veronicapac@ig.com.br, celregis@gmail.com,
mariacleidejane@hotmail.com

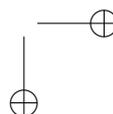
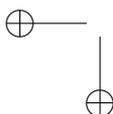
”Não iremos muito longe sem trazer de volta do exílio idéias como a de homem público, da boa sociedade, da igualdade, da justiça e assim por diante - idéias que não fazem sentido senão cuidadas e cultivadas na companhia dos outros” (Baumann, 2002, 16).

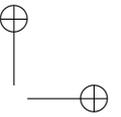
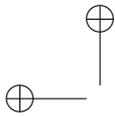
A experiência cotidiana brasileira, marcada por tensões múltiplas e pelo acirramento de conflitos de ordem política e social, vem, ao longo dos últimos anos, descortinando uma discussão incômoda para os comunicadores. A mídia é a promessa contemporânea da possibilidade de existência de discussões públicas, de um mundo comum em sociedades de milhões de habitantes. Os veículos se apresentam como janelas para o mundo, no entanto, ao percebermos os atores e as pautas que entram nos noticiários, somos levados a nos questionar quem faz parte deste mundo.

É o espaço público que permite estarmos entre os outros. Possibilita um espaço para vermos e sermos vistos, para a fala, ou seja, para a visibilidade e, por conseguinte, para o reconhecimento. Hoje, em grande medida, é a mídia que permite estarmos neste espaço com os demais. Compartilhar um espaço é fazer parte de um tecido que nos une aos outros.

Neste trabalho pretendemos discutir o espaço público brasileiro, a partir da mídia. Analisaremos a cobertura de dois episódios marcantes na vida social do país dos primeiros meses de 2007, buscando debater a mídia como construtora de um mundo comum no Brasil, como espaço para a fala, para a visibilidade de sujeitos/atores na cena social e para o reconhecimento de problemas sociais no Brasil.

Neste debate utilizaremos as idéias de Hannah Arendt, Richard Sennet e Zygmunt Baumann para apontar algumas características da esfera pública na sociedade contemporânea: cada vez cada menos “política”, sem sentido de res publica, “coisa”, comum a todos. Reflexo de uma sociedade dividida entre





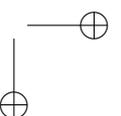
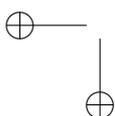
“nós” e os “outros”. Um mundo sem pares, cada vez menos plural, cada vez mais excludente, e, ao mesmo tempo, marcado pelo medo.

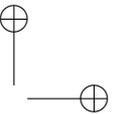
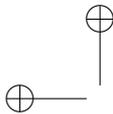
As coberturas a serem estudadas foram escolhidas pelo seu impacto, cada qual a sua maneira. Uma é a reportagem da morte do menino carioca João Hélio, assassinado brutalmente, ao rodar preso no cinto de segurança, pelo lado de fora de um carro roubado, por diversos bairros no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2007, publicada pela revista VEJA, a outra é a foto de uma mãe, que chora a morte da filha, de 12 anos, por bala perdida no Rio de Janeiro durante uma operação militar, estampada na primeira página do jornal Folha de São Paulo, em março do mesmo ano.

Não buscamos comparar episódios, coberturas, nem veículos, pois não são eventos, nem coberturas equivalentes, mas apresentar certos elementos que nos parecem significativos para compreender o espaço público no Brasil.

Os eventos violentos têm se sucedido em uma magnitude/proporção que, cada vez é mais difícil ficarmos chocados. A morte do menino João Hélio foi lida como uma “tragédia nacional”, chocou o país. Ganhou manchetes nacionais, cadernos e reportagens especiais, editoriais indignados e discursos virulentos de intelectuais, entre eles, um dos mais renomados filósofos, Renato Janine Ribeiro, e capas em várias revistas nacionais, entre elas, a Veja. O outro ganhou comentários entre os estudiosos da comunicação por ser algo raro na imprensa, por se tratar da voz dos excluídos na cena pública. A sua presença no espaço público durou tanto quanto o jornal.

Talvez, além do fato de se tratar de mortes de duas crianças, como ponto em comum podemos destacar a mais profunda e incomunicável das experiências humanas: a dor. A dor, uma experiência do mundo privado e sentimento íntimo, foi trazida à cena pública. A dor da família do garoto João é transformada em dor da “família brasileira”. Causa comoção, indignação e leva a revista a demandar ações dos poderes públicos. A dor de dona Edna, por sua vez, é uma dor solitária, faz-se o registro, mas não chega a causar, nem espanto, nem indignação, menos ainda comoção. Talvez o maior “espanto” seja seu registro na capa de um jornal, seja o dar visibilidade a uma voz da periferia, a uma voz do lado de lá, do “outro” lado, que em geral nos assusta.





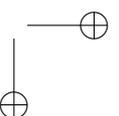
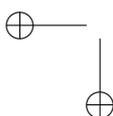
A vida moderna e a perda do “mundo comum”

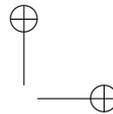
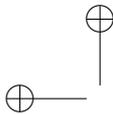
Diversos autores têm abordado as relações entre o público e o privado. Habermas apresenta um estudo clássico sobre a esfera pública burguesa, Sennet, por sua vez, discute as transformações desta relação ao longo dos séculos, o declínio do sentido de público na contemporaneidade, bem como sua trajetória para a intimidade.

Dois autores pouco estudados na comunicação trazem contribuições para pensar os conflitos e dilemas presentes nas construções da “coisa pública” em nossas sociedades. Hannah Arendt e Zygmunt Baumann viveram em diferentes momentos do século XX, o segundo inclusive continua a nos provocar com suas reflexões. Cada qual a partir de sua perspectiva aborda a necessidade vital para as sociedades, da existência de uma esfera pública enquanto espaço de ação e do discurso. Arendt marcada pelo fenômeno do totalitarismo e da existência de pessoas sem lugar no mundo, os apátridas, e Baumann, pela experiência do deslocamento do estrangeiro, confluem ao discutir o que é fazer parte, o que é partilhar, mostrando que a violência e o medo têm relação com o enfraquecimento, quando não a ausência, de coisas a partilhar.

Hannah Arendt parte da idéia básica de “público” como publicidade para lembrar-nos de sua importância, “tudo o que vêem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é ouvido pelos outros e por nós mesmos - constitui a realidade.” (2003, 59) Ou seja, a visibilidade, para a autora, é a medida da realidade, o que não é visto, nem ouvido, não existe para além da experiência individual que logo passa e perece. Diz a autora “uma vez que a nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e portanto da existência na esfera pública na qual as coisas possam emergir da trevas da existência resguardada, até mesmo a meia luz que ilumina a nossa vida privada e íntima deriva, em última análise da luz muito mais intensa da esfera pública.” (2003, 61).

Hannah Arendt aborda a esfera pública enquanto um mundo comum, que nos reúne na companhia uns dos outros e, ao mesmo tempo, evita que colidamos uns com os outros. “Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens” (2003, 62).





Vivemos em um mundo em que quase não temos relação com os “outros”, inclusive, parece que nem vivemos no mesmo mundo. Hoje, a principal referência de “relação” encontra-se no mundo privado, no espaço da casa e das relações familiares. Para acrescentar elementos a essa discussão, a autora recupera o pensamento grego, no qual “a capacidade humana de organização política não apenas difere mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é constituído pela casa (*oikia*) e pela família. O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, “além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência: e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*)” (ARENDR: 2003,35).

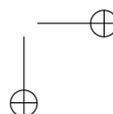
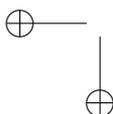
Cabe lembrar que o que caracteriza o humano é o *bios politikos*, a capacidade do discurso perante os “outros” e da ação em conjunto. Aqueles que se interessam apenas pelos seus negócios particulares ficam confinados no plano de *idions*, raiz do termo contemporâneo idiota.

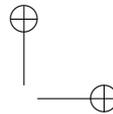
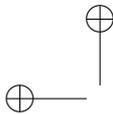
A esfera pública, é o lugar da política, por este motivo, o avesso da intolerância e da violência.

A autora sublinha a “extraordinária dificuldade” que “experimentamos na atualidade em compreender a divisão decisiva entre as esferas pública e privada, entre a esfera da *polis* e a esfera da família, e finalmente entre as atividades pertinentes a um mundo comum e aquelas pertinentes à manutenção da vida. Divisão esta na qual se baseava todo o antigo pensamento político. “Em nosso entendimento, a linha divisória é inteiramente difusa, porque vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma família” (ARENDR: 2003, 37).

Se a “nossa” família é o nosso modelo de relação social, a medida da privatização das relações, na atualidade, é que estamos confinados naquilo que é “nosso”: nossa casa, nossa família, nossas visões de mundo, em suma, em “nosso” mundo. Temos dificuldade de pensarmos o “comum”. Algo que não seja nem “meu”, nem “seu”, mas nosso, do qual todos façamos parte. Temos dificuldade de ver os outros, sujeitos como nós e, mais ainda, de nos ver junto com os outros. Difícil também é atuar em conjunto.

Em suma, temos pessoas, corroídas pela subjetividade, longe da experiência do comum, desprovidos de responsabilidade com o outro e indiferentes às questões coletivas. Para a autora, “estas pessoas só poderão fiar-se na sua pró-





pria subjetividade, sempre “instável e traiçoeira”, e tenderão a fazer de seus interesses e sentimentos privados a medida de todas as coisas” (...). São essas fronteiras que se diluíram no mundo moderno. E isso significa a perda dos critérios de diferenciação entre aquilo que tem como medida a vida de cada um e aquilo que o mundo como medida. Nesse caso, os homens tenderão a tornar sua própria subjetividade como referência exclusiva de verdade e julgamento (2003, p.47-48).

Muito se fala da fragmentação como experiência da vida moderna nas metrópoles. Hannah Arendt observa que “o que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos, não é este o fator fundamental; antes, é o fato que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las.” (2003, 62).

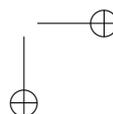
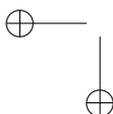
O espaço público nos recorda que estamos no mundo, “na companhia dos homens”, há experiências, no entanto que são incomunicáveis, Hannah Arendt observa que a dor é “o sentimento mais intenso que conhecemos é ao mesmo tempo, o mais privado e o menos comunicável de todos (...) a dor, que é realmente uma experiência limítrofe entre a vida, no sentido de “estar na companhia dos homens”, e a morte, é tão subjetiva e alheia ao mundo das coisas e dos homens que não pode assumir qualquer tipo de aparência” (2003, 60-61).

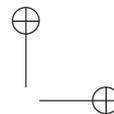
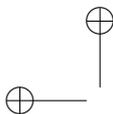
A dor iguala. Nos mostra participantes de uma mesma humanidade. É preciso notar que, no entanto, se trata de uma igualdade pelo que temos de natureza, não pelo que construímos conjuntamente.

Medo e desproteção

Em seu livro *Em busca da política*, em certo momento, Baumann conta a história de um bêbado que procura dinheiro debaixo de um poste de luz, não porque ele o tivesse perdido ali, mas porque era o lugar mais iluminado da rua. O autor afirma que o deslocamento das causas da angústia – a incerteza e insegurança globais – para o terreno da proteção privada segue a mesma lógica. Ou seja, as angústias de nosso tempo, a incerteza e insegurança são problemas globais, mas apenas conseguimos visualizá-las como questões referentes ao plano do privado.

As penúrias e os sofrimentos contemporâneos estão fragmentados, dispersos e espalhados, assim como o está o dissenso que eles produzem. A





dispersão desse dissenso, a dificuldade de condensá-lo em uma causa comum e de dirigi-lo na direção de um culpado comum apenas piora esta dor. Baumann observa que “E quando o ofuscante lampejo de união se extingue, os solitários acordam tão solitários quanto antes, enquanto o mundo que partilhavam, tão iluminado um momento antes, parece (...) ainda mais escuro do que era” (2002, 11).

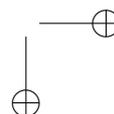
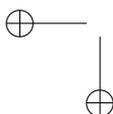
Às vezes surgem culpados a quem é possível odiar coletivamente e catalizam a fúria coletiva.

Para o pensador, “a chance para mudar isso depende da ágora - esse espaço nem privado nem público, porém mais precisamente público e privado ao mesmo tempo. Espaço onde os problemas particulares se encontram de modo significativo - isto é, não apenas para extrair prazeres narcisísticos ou buscar uma terapia através da exibição pública, mas para procurar coletivamente alavancas controladas e poderosas o bastante para tirar os indivíduos da miséria sofrida em particular; espaço em que as idéias podem nascer e tomar forma como “bem público” “sociedade justa” ou “valores compartilhados” (2002, 11).

Baumann lembra que entre os gregos a ágora era esse espaço público-privado de encontro e negociação entre essas duas esferas. Nossas sociedades precisariam reformular essa ágora, tarefa que cabe às elites intelectuais, diz o autor:

”Essa tarefa abre vasta área de ação para as classes cultas, Mas para que empreenda essa ação faz-se necessária uma reorientação da eclésia para a ágora, para esse espaço público em que o político e privado se encontram, onde não apenas se faz uma escolha dentre as opções disponíveis como se examina, questiona e renegocia a gama de opções. E o primeiro passo assim que tem lugar a reorientação é (pág 113): reconstruir a ágora para adaptá-la a essa tarefa. Não será coisa fácil, considerando o perigoso estado atual da esfera público-privada, da qual o “público”, recuou para buscar abrigo em lugares inacessíveis e o “privado” está a ponto de retirar-se para a própria auto-imagem. Para a adaptar a ágora aos indivíduos livres e à sociedade livre é preciso interromper ao mesmo tempo sua privatização e despolitização.

O próprio autor coloca que não vê nada fácil invertermos o percurso, mas somente uma inversão total do nosso percurso poderia nos restituir a possibilidade de vivermos juntos sem medo e sem necessidade de pagarmos por



proteção.

A VEJA no caso João Hélio

O menino João Hélio, de seis anos, foi arrastado até a morte ao longo de mais de sete quilômetros (13 ruas), por quatro bairros do Rio de Janeiro, no dia 07 de fevereiro. O crime foi praticado por cinco jovens pobres, entre eles um menor de idade. João Hélio estava no banco de trás do carro quando cinco homens renderam sua mãe. Preso ao cinto de segurança, ele não conseguiu sair do veículo. No trajeto de fuga, moradores que presenciaram a cena gritaram para que os criminosos parassem o carro. A criança foi encontrada já sem vida, desfigurada.

O crime recebeu ampla cobertura da imprensa. Os maiores jornais do país fizeram edições especiais, o tema apareceu em todos os telejornais das emissoras de televisão e durante diversos programas com perfis não-jornalísticos¹. O caso suscitou a discussão acerca da pena de morte e da diminuição da maioridade penal no Brasil e assumiu matizes emblemáticas de como a imprensa vem se tornando a principal “praça pública”², o grande fórum de debates da sociedade contemporânea.

No Brasil, um dos principais “fóruns de debate” em escala nacional é a revista VEJA. Não que todas as questões do país estejam presentes na revista, mas porque os temas apresentados pelos veículos são “passados” como questões nacionais. Uma vez que a VEJA se arrola ser um “porta voz da sociedade brasileira”. Certamente é de uma fração da sociedade brasileira, das camadas médias e altos estratos de centros urbanos³. E se “vende” como o veículo “in-

¹ Talvez uma exceção tenha sido o jornal Folha de S. Paulo, na edição do dia 18 de fevereiro no espaço destinado a avaliações mais críticas, considerou que fez “uma cobertura sóbria, sem histeria”. No entanto, *ombudsman* do jornal, Marcelo Beraba, reconheceu que algumas idéias permaneceram invisíveis na cobertura, como, por exemplo, um questionamento mais aprofundado sobre os subúrbios do Brasil e a falta de um olhar diferenciado sobre as raízes da violência. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om1802200701.htm>, acessado em 01/07/2007.

² Como são numerosos os estudos sobre a mídia como a nova ágora eletrônica, citamos apenas um livro recente produzido pelos pesquisadores Alfredo Viseu Pereira Jr., Flavio Porcello e Célia Mota. *Telejornalismo: a nova praça pública*, publicado pela Editora Insular em 2006.

³ Confira mais detalhes nos estudos de Márcia Benneti Machado, da UFRS, que coordenou o grupo de pesquisa sobre a Ironia e o Sarcasmo como Prática Discursiva da Revista “Veja”. Disponível em: <http://www.ppgcom.ufrgs.br/projetos/jornalismo.htm>

dispensável” à sociedade brasileira, no entanto, se dirige às camadas médias, se coloca até mesmo como o único outro caminho para se situar no mundo”⁴.

A cobertura



O número 1.995 da Revista Veja de 14 de fevereiro de 2007 apresenta em sua capa a foto do menino João Hélio olhando diretamente o leitor, emoldurada em um fundo preto, acompanhada da manchete: "Arrastado por quatro

, acessado em 22/07/07. Interessante também observar abordagem feita pelo pesquisador português Jorge Pedro Souza, em artigo sobre a cobertura da Veja no atentado contra a escola de Beslan, na Rússia. Texto disponibilizado no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, Brasil (CD-ROM), disponível em: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/anuariolusofono/article/view/1207>, acessado em 01/07/07.

⁴Nilton Hernandes analisou, há quase 10 anos, como a revista trabalha sua imagem de "imprescindível". Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/grupos/casa/artigos/V2/CASA20032-veja-anncio.pdf>, acessado em 25.06.07.

bairros do Rio de Janeiro, morto, destroçado por bandidos e mais uma vez... NÃO VAMOS FAZER NADA?". A pergunta aparecia em maiúsculas.

O fato tornou-se a matéria inaugural da editoria Brasil, primeira editoria da revista e recebeu a manchete: "Sem limites para a barbárie". Acompanhava a seguinte linha fina, "O suplício público de um menino de 6 anos no Rio mostra que o Brasil está na sala de emergência de uma tragédia social em que o bandido decide quem vive e quem morre."

No interior da matéria de seis páginas ganha destaque, em itálico e com uma inserção na diagramação diferente do habitual, a reprodução do texto opinativo do jornalista Reinaldo Azevedo, produzido originalmente para a VEJA on-line que, entre outros, comparava a realidade brasileira e o crime no "morro" brasileiro, à ascensão de Hitler na Alemanha e ao "mal bolchevique":

"(...) Chega de explicações. Todo fenómeno de degradação social tem explicação. A queda de Roma, a ascensão de Adolf Hitler, a proliferação do mal bolchevique pelo mundo, a destruição das cidades brasileiras pelos criminosos e seus asseclas, simpatizantes – ou simplesmente cegos – na intelectualidade, na polícia e na política. O martírio público do menino João Hélio está destravando a língua de dezenas de explicadores. São os mesmos que passaram a mão na cabeça dos "meus guris" que desciam ao asfalto para subtrair um pouco do muito que os ricos tinham e, assim, sustentar a mãe no morro. Chega de romancear o criminoso, de culpar abstrações como a "violência", o "neoliberalismo", o "descaso da classe média (p.46-47).

O artigo apresenta uma simplificação assustadora e sem pudores em expor opiniões "politicamente incorretas" em praça pública, ou seja, na revista. Segundo o jornalista, a complexidade do mundo é uma "invenção" de intelectuais, o mundo é tal como nos contos infantis: há o mundo do mal e o mundo do bem. Há simpatizantes do crime na polícia, na política e entre os "intelectuais" que romanceiam o criminoso, "passam a mão na cabeça" de guris-bandidos, a própria explicação é um romance. O mundo é claro, há mocinhos e bandidos. Os ricos estão do lado do bem. Azevedo recupera os ricos, alvos preferenciais da violência que vem do morro, não lhes é permitido gozar a sua riqueza com tranquilidade.

Entre os assaltantes, havia um menor de idade. Azevedo ao questionar a legislação penal que prevê sanções menores para quem ainda não atingiu

a maioria produz um discurso franco-atirador, no qual sobra até para um dos mestres da música popular brasileira, “o menino João é o guri dos sem-Chico Buarque”. O “menor”, bem maior do que o menino João, cujo corpo ele ajudou a espalhar pelas avenidas do Rio, vai ficar três anos internado. E depois será solto entre os meninos-João, por quem não se rezam missas de apelo social. Resta só a dor da família: privada, sem importância, sem-ONG, “sem ar, sem luz, sem razão” (p.49).

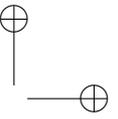
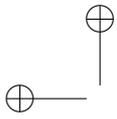
Este discurso, como se pode ver, está repleto de ironias, apresentando uma violência discursiva poucas vezes vista na VEJA. A crítica à intelectualidade merece destaque, pois é tida como conivente com a barbárie.

As fotos retratam o “belo menino” e inocente João, um de seus desenhos, seus familiares chorando, mas também recuperam outras imagens da violência contra setores médios. A legenda de uma das fotos apresenta o título “A escalada da barbárie”, o texto “Uma sucessão de crimes que impressionaram pela crueldade e abalaram o país nos últimos meses: bandidos incendiaram um ônibus no Rio, matando oito pessoas (acima); a socialite Ana Cristina Johannpeter (acima, à esq.) foi morta ao parar num cruzamento; e, em Bragança Paulista, ladrões atearam fogo a um carro com quatro pessoas dentro, entre elas o menino Vinícius, de 5 anos” (Veja, op cit.51).

A reportagem da VEJA finaliza mostrando as ações sugeridas por especialistas a respeito do que “precisa ser feito já”. Entre as sugestões podemos ver idéias do tipo: diminuir os benefícios de presos, suspender o limite para internação de adolescente, priorizar o policiamento comunitário. Cabe dizer que das sete idéias apresentadas, três dizem respeito à diminuição de benefícios de presos, e outras três são medidas policiais. Só uma tem um caráter “social”.

Assim pode-se ler que a “boa sociedade” precisa enfrentar o problema da violência, no entanto, há basicamente duas coisas a fazer: deixar o “bandido” em presídios melhorar a força policial.

A mídia ao longo dos anos tem apresentado tragédias perturbadoras, chacinas, massacres, tornando o público, espectador de uma sucessão de episódios de horror. O horror agora chegou a nossa casa. A morte não mais apenas acontece na periferia, no morro, nas degradadas vias públicas, como o massacre da Candelária no Rio de Janeiro ou no interior das prisões, como no Carandiru, ela pode nos atingir em nossa casa.



A periferia na capa

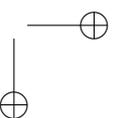
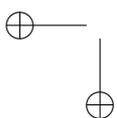
Esta segunda notícia poderia ser apenas mais um relato de tantos casos de violência ocorridos na cidade. É a foto de uma mãe que chora a perda da filha de 12 anos, vítima de bala perdida no Rio de Janeiro, durante uma operação militar. O registro ganhou a primeira página de três jornais de grande circulação, dois, de nível nacional. O que tinha de especial para ilustrar a primeira página? Num mundo em que a violência tomou tamanha proporção que tende a ser banalizada a dor de uma mãe não dá manchete. Contudo, estávamos havia menos de um mês da morte do menino João Hélio. Assim, a morte da menina Alana, moradora de uma comunidade popular, fugindo à regra no tratamento pela mídia, quando se trata da divulgação da violência em lugares empobrecidos, teve maior atenção.

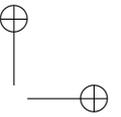
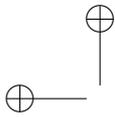
Marcos Tristão/Agência O Globo



Edna Ezequiel, 29, chora ao saber da morte da filha, no hospital do Andaraí, para onde Alana foi levada após ser baleada no Rio

Do latim *Imago*, imagem designa a máscara mortuária usada nos funerais da Antiguidade romana (JOLY, 1994:18). Esta acepção de elemento carrega em si vários sentidos e tanto pode estar vinculada à proximidade, como pode ser algo totalmente externo aquilo que representa. Isto é, pode se asselhar ou se confundir com o que representa (idem). Isto posto, vamos fazer uma pequena análise do discurso textual, com base em conceitos da análise de discurso buscando pistas sobre a produção de sentidos.





A Folha de S.Paulo, em sua primeira página do dia 6 de Março, apresenta manchete *Bush lança pacote de ajuda anti-Chaves*. A foto de Edna está abaixo dessa manchete. A leitura da legenda-texto é imprescindível para entendermos o significado da foto. O texto aparece abaixo da foto, sem destaque.

O enquadramento fechado no rosto em lágrimas de Edna proporciona uma densidade icônica a fotografia, enfatizada também pela pouca profundidade. Outro elemento ganha destaque: as pulseiras nas cores nacionais, verde e amarelo, no punho esquerdo, uma delas com a bandeira do Brasil.

O repórter fotográfico, Marcos Tristão, deslocado pelo jornal “O globo” para o hospital onde estava a menina baleada, diz ter se deparado com Edna desolada em uma praça, com os familiares⁵. Fez uma sequência de 20 fotos de Edna que não parava de se mexer. Percebeu, contudo, que tinha feito uma boa imagem. A capacidade de captar “a alma desolada e tristonha” de Edna, diante de sua impotência social permeada pela violência? Ou apenas preocupação em “produzir” uma boa foto? A segunda interpretação daria margem a questionarmos até que ponto Edna não teve um pouco de sua “alma roubada”⁶, sendo que exatamente este roubo propicia a sua entrada na esfera pública midiática.

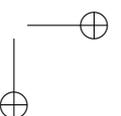
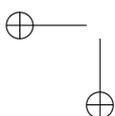
Deisi Rezende/Agência JB



Edna Ezequiel (no centro), mãe de Alana, 12, que morreu após ser atingida por uma bala perdida

⁵Revista Imprensa, Ponto de Vista. N. 222, Abril, 2007

⁶Como relato na antropologia visual, o que seria a fala de um grupo de indígenas diante de uma imagem captada pela máquina fotográfica: “o roubo” da alma.

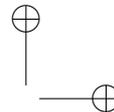
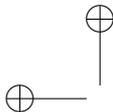


Mulher, negra e pobre. A situação social de Edna Ezequiel é de tripla discriminação, pois a lógica do machismo, do racismo e da hierarquização social permeia as relações sociais, excluindo e desqualificando social, intelectual e moralmente as mulheres negras (Quintão, 2004:51). A foto da mulher negra de traços fortes preenche parte da primeira página do jornal. Seu olhar desolado, suas lágrimas e a bandeira do Brasil em punho são elementos que ressaltam a dramaticidade do momento e da situação. Com a banalização da violência real nas grandes cidades e com a sua espetacularização na mídia, este poderia ser apenas mais um caso de morte por bala perdida. Como ela, outras mães têm chorado a morte de crianças e jovens de ambos os sexos que são mortos pela polícia ou em confrontos entre policiais e traficantes. Choram em vão e no ocultamento suas dores.

O que o diferenciava mais este caso, a publicização desta imagem: a imagem torna-se testemunha, da experiência da intimidade testemunhada por milhares de leitores. Muito embora estivesse em uma praça pública quando foi fotografada, sua dor incomunicável, através da imagem, pode ser sentida.

A sua dor talvez seja o elemento que permite um vínculo, que possibilita o seu reconhecimento, como reconhecimento de fazemos parte de uma mesma humanidade. Ou ainda, seria o espaço midiático uma das possibilidades de acesso a voz pelos grupos minorizados, ainda que para isso tenha que ter a sua intimidade (dor) revelada?

Edna Ezequiel mora em uma comunidade popular da cidade do Rio de Janeiro, morro dos Macacos, no bairro de Vila Isabel, zona norte. Durante a operação militar na qual Alana foi atingida, outros dois adolescentes foram mortos, segundo a polícia, seriam traficantes de drogas. São mortes que muitas vezes não fazem parte das estatísticas e nem mesmo são investigadas, pois sempre são justificadas como ocorridas em situação de confronto com traficantes. Os moradores do “morro” vivem entrincheirados entre a polícia e os traficantes e, na maioria das vezes, quando fazem manifestações pela morte de alguma vítima inocente, são apresentados na mídia como vândalos ou co-niventes com os bandidos. Os seus protestos, tal como todo o discurso deste setor da sociedade, dificilmente aparecem pela lente dos jornalistas, não são reconhecidos, longe estão de ter legitimidade. A imagem dos setores populares só aparece associado ao mundo do crime.



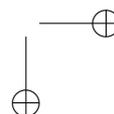
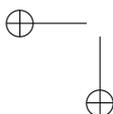
As minorias na imprensa

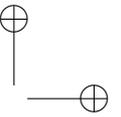
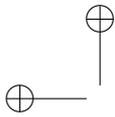
As notícias sobre a violência ocasionada em espaços populares quando da realização de operações policiais e/ou guerra entre traficantes são normalmente tratadas recheadas de estereótipos e estigmas. Contudo, a situação de violência social atinge tanto os moradores das áreas abastadas como as das áreas empobrecidas. Portanto, a diferença é a forma de tratamento que é reservado aos diferentes setores sociais como temos mostrado neste trabalho.

Na mídia, a relação com grupos minorizados parece ser marcada pelo conflito. Por estarem em situação de desvantagem social não são tidos primeiramente como consumidores de informação produzida para as classes mais esclarecidas e escolarizadas da sociedade. Por outro lado, observa-se a exploração midiática da pobreza, pois a abertura de espaços para estes grupos segue a lógica do consenso de opiniões, uniformizadas em um determinado grupo. As lutas sociais dos grupos minoritários quando surgem no espaço midiático são, muitas vezes, esvaziadas de seus sentidos transformadores que impulsionam o fazer coletivo.

Assim, faz-se necessário lembrar o papel desempenhado pelas mídias no que tange às mediações sociais, radicalmente definidas por ela. Isso pode ser constatado nas periferias das grandes cidades em que a descrença nos organismos estatais é substituída pela esperança que a mídia proporciona em vários níveis do imaginário social. De maneira geral, o que é divulgado na imprensa não suscita dúvidas na população. O que se diferencia com os grupos minoritários politizados. Dessa forma, “a mídia exerce o papel de reguladora entre na relação dos indivíduos com o mundo e com seus pares”. (PAIVA, 2005: 16).

Por outro lado, a vida cotidiana de grupos minoritários passa a ser motivo de espetacularização que é regida pela lógica do mercado e do consumo. Este processo propicia um distanciamento cada vez maior entre aqueles consumidores de produtos midiáticos e aqueles cujo processo de exclusão social os coloca em patamares longínquos na aquisição de bens de consumo. A abertura para o aparecimento e o ocultamento passam a ser reveladas tendo por base os processos de cidadania, mas, crucialmente ligados a violência (ibidem, p.17)





Considerações finais

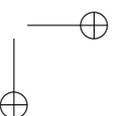
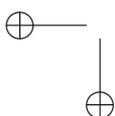
Tragédia brasileira, o nosso mundo comum é extremamente restrito, nossa ágora longe está de fazer a relação entre público e privado, tornou-se privada. Foi privatizada por um dos setores da nossa sociedade. E longe estamos de reverter essa situação.

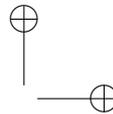
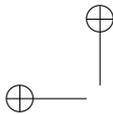
Nos dois casos apresentados, é a experiência radical da dor que os traz à cena pública. Somos convocados compartilhar essa dor. No caso da morte do menino João foram bandidos, marginais que atacaram a “nossa” família. Esta família, que é tida como “a família brasileira”, para a revista VEJA - destacamos o singular, refletindo a ausência da diversidade -, clama por proteção. O outro é o “mostro” que invade nossas casas para nos atacar. Mostro, figura do “mal”, mas nas imagens vemos rostos de rapazes pobres da periferia. Por sua vez, as pulseiras de dona Edna nos mostram que também é uma brasileira, é uma mãe que sofre e a dor desta mãe, é tão sofrida como a “nossa”. Ela não tem espaço na VEJA, mas num jornal diário, fotografada por um repórter de jornal diário, o O Globo, neste artigo analisada como imagem de capa da Folha de S.Paulo. A foto em que está chorando a perda da filha, para além do propósito informativo, concedeu, ainda que momentaneamente, a humanidade, tantas vezes negadas às populações empobrecidas.

Hannah Arendt relaciona a política ao movimento de ação com o novo, por ser o lugar que nos permite sempre recomeçar. Correlaciona também planos como o do discurso e da ação com a pluralidade dos seres que habitam o mundo, pois o discurso precisa de um outro que o ouça e o reconheça como válido. Perspectiva fundamental para o fazer político.

Pode-se dizer que a publicização da imagem de Edna, uma mãe da periferia, na mídia possibilita a sua entrada no espaço público, mesmo que seja ao se destacar sua condição de humanidade pela dor. Certamente, se não tivesse sido exposta no ágora, a dor de Edna seria a de mais uma mãe das periferias brasileiras.

A violência tem sido explorada fundamentalmente na cobertura da mídia sobre o Rio de Janeiro. A presença marcante de assimetrias sociais podem ser resultado de políticas de abandono por diversos governos. No entanto, o que acontece no Rio de Janeiro funciona como um espelho para o restante do país. A cidade da “beleza” e do “caos” é lembrada nas outras capitais pelas notícias constantes sobre este mal social, que é a violência.





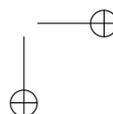
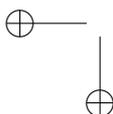
A desesperança e o desolamento emanados na foto de Edna Ezequiel, personagem da vida real e cotidiana, ilustra as tragédias sociais das grandes metrópoles brasileiras. A dor exprimida por suas lágrimas pode ir ao encontro de dores e lágrimas de outras mulheres que vêm e têm suas vidas vilipendiadas pela violência social direta e indireta, com a perda de companheiros e membros de suas famílias. Dores ora reveladas pela visibilidade ensejada no espaço público midiático.

Longe estamos de afirmar que ao ingressar no espaço público dona Edna se torna uma cidadã. Esta ganha visibilidade, mas se perde no esquecimento no jornal do dia seguinte. Edna foi vista, pode ser ouvida, mas a vida segue. Pouco tempo depois da perda da filha, teve o irmão morto em iguais circunstâncias, pelas mesmas “balas perdidas”, em novo confronto entre bandidos e policiais. Nas periferias, são muitas as mulheres que vivem esta situação, na maior parte das vezes, sem serem ouvidas, tampouco vistas. Como na música de Chico Buarque, autor citado na revista VEJA, “Umas e Outras”, elas se cruzam “pela mesma rua olhando-se com a mesma dor”. A dor da invisibilidade, do preconceito e da discriminação.

No jornal diário, no dia seguinte a cobertura volta à tônica corrente. O espaço público continua um espaço para as pessoas “do bem” ou “de bem”, o outro que morre de bala perdida, seja da polícia ou do tráfico, que chore as suas dores no privado de sua casa. Nós não temos nada em comum.

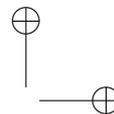
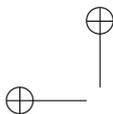
A tragédia brasileira onde só a dor nos iguala, expõe a inexistência de um mundo comum, sujeitos sujeitados no mundo privado, clamando por proteção das forças de segurança. Na cartografia da cidade, vivemos lado a lado, mas sem relação uns com outros, sem nos vermos, sem ouvirmos, sem reconhecer no “outro” um sujeito como eu. Por outro lado a tragédia brasileira evidencia um déficit da vida política, onde prolifera o medo dos “outros” que não conhecemos, porque não os vemos. A inexistência de um mundo comum torna-se terreno fértil para a intolerância e a violência.

Mas aqui caberia lembrar Baumann, para enfrentarmos o problema da desproteção precisaríamos rearticular a nossa ágora, esse espaço privado-público, precisaríamos construir um mundo no qual todos os mundos possam fazer parte.



Referências Bibliográficas

- ARENDDT, H. *A condição humana*, São Paulo, Forense Universitária, 2001.
- BAUMANN, Zygmunt. *Em busca da política*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.
- CORTES, Verónica. “A imprensa e a problemática construção de um mundo comum no Brasil” in *Jornalismo no século XXI*, BARBOSA, Marialva (ed.), Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 2002.
- JOLY, M. *Introdução a análise da imagem*, Campinas, São Paulo, Papirus, 1996.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Jornalismo Fin-de-Siècle*, São Paulo, Scritta Editorial, 1993.
- QUINTÃO, A. A. *A imagem das mulheres negras na televisão brasileira in Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. Flávio Carranca e Rosane da Silva Borges(orgs). São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.
- PAIVA, R. & BARBALHO, A. (orgs) *Comunicação e cultura das minorias*, São Paulo, Paulus, 2005.
- PINTO, M. J. *Comunicação e discurso: Introdução análise de discurso*, São Paulo, Hacker Editores, 2ª ed., 2002.
- SENNET, R. *O declínio do homem público*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SODRÉ, M. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*, São Paulo, Cortez, 1992.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- TELLES, Vera. *Direitos Sociais: afinal, do que se trata?*, Belo Horizonte, Ed.UFMG, 1999.



VIEIRA, Jorge. “Os casos João Hélio e Galdino Pataxó e a barbárie midiática”, 02.03.07, acessado em 20.06.07. Disponível em:
<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=26536>

REVISTA VEJA: Edição 1995, ano 40, número 6, 14/02/07.

PROGRAMA OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, “Caso João Hélio e a Mídia”. 27.02.07, acessado em 20.06.07. Disponível em:
http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/arquivo/principal_070227.asp

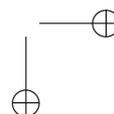
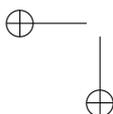
Imagens da VEJA

Oswaldo Prado/Ag. O Dia/AE



VIDA ROUBADA POR MONSTROS

Policiais observam (acima, à dir.) o corpo do menino João Hélio (no detalhe, à esq.).



Guilherme Pinto/Ag. O Globo



Os autores do crime, um menor e um rapaz de 18 anos (abaixo), foram presos no dia seguinte.

Guilherme Pinto/Ag. O Globo



Uma sucessão de crimes que impressionaram pela crueldade e abalaram o país nos últimos meses: bandidos incendiaram um ônibus no Rio, matando oito pessoas (acima); a socialite Ana Cristina Johannpeter (acima, à esq.) foi morta ao parar num cruzamento; e, em Bragança Paulista, ladrões atearam fogo a um carro com quatro pessoas dentro, entre elas o menino Vinícius, de 5 anos.